

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

Abordagens e experiências

Atena
Editora
Ano 2022

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

Abordagens e experiências

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diversidade e inclusão: abordagens e experiências

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão: abordagens e experiências / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0297-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.978221507>

1. Diversidade cultural. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão: Abordagens e Experiências* é composta por 09 (nove) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, estudo de caso, dentre outros.

O primeiro capítulo, discute a produção acadêmica acerca do feminismo, discursos feministas e ações coletivas entre jovens mulheres e adolescentes periféricas. O segundo capítulo, por sua vez, discute identidade, gênero e identidades de gênero na contemporaneidade.

O terceiro capítulo, discute a criminalização da homofobia, o equiparando a Lei do Racismo e o Ativismo Judicial neste contexto. O quarto capítulo discute estratégias pedagógicas com potencial de inclusão social em estudantes universitários com base na inteligência emocional.

O quinto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa com acadêmicos com deficiência, síndromes e outras especificidades. O sexto capítulo, discute o processo de ensino e aprendizagem na matemática e a inclusão dos estudantes com deficiência de baixa visão.

O sétimo capítulo, discute a constituição da escola inclusiva e a importância das adaptações curriculares para a inclusão de alunos neste contexto. O oitavo capítulo discute a díade Educação Matemática e inclusão escolar.

O nono capítulo apresenta um estudo de caso acerca das atitudes sociais de uma turma do 4.º ano de escolaridade no contexto da inclusão de um colega com Perturbação do Espectro do Autismo.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FEMINISMO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE

Fernanda Menezes Santos

Marcia Francisca de Oliveira Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215071>

CAPÍTULO 2..... 12

IDENTIDADES E GÊNEROS EM MOVIMENTO

Rubens da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215072>


CAPÍTULO 3..... 23

CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: A OMISSÃO DO CONGRESSO FRENTE AO ATIVISMO JUDICIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

Claudia Vilhena Barbosa

Laura Milca Silva Siqueira

Sayory Karolina de Souza Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215073>


CAPÍTULO 4..... 35

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FORTALECER A INCLUSÃO SOCIAL EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Mónica Rocío Barón Montaña

Jenny Patricia Ortiz Quevedo

Jairo Jamith Palacios Rozo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215074>


CAPÍTULO 5..... 46

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS DA UNEMAT DE SINOP

Elisangela Dias Brugnera

Ademilde Aparecida Gabriel Kato

Maria Angélica Dornelles Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215075>

CAPÍTULO 6..... 59


ASPECTOS E OS CONCEITOS DE ADAPTAÇÃO NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA




Clarissa Raimundo de Ataíde

Michelle Alencar Ferreira Gonçalves

Ritianne de Fátima Silva de Oliveira

Walber Christiano Lima da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215076>

CAPÍTULO 7	70
INCLUIR E ADAPTAR NA ESCOLA Caroline Borges Zanato  https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215077	
CAPÍTULO 8	82
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E INCLUSÃO: EDUCAÇÃO PARA TODOS E TODAS Karla Vanessa Gomes dos Santos Ellen Michelle Barbosa de Moura Joeanne Neves Fraz Geraldo Eustáquio Moreira  https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215078	
CAPÍTULO 9	102
ATITUDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À INCLUSÃO: PERCEÇÕES DE ALUNOS DO 4.º ANO — ESTUDO DE CASO Maria Celeste Sousa Lopes Delmina Cardoso de Oliveira  https://doi.org/10.22533/at.ed.9782215079	
SOBRE A ORGANIZADORA	114
ÍNDICE REMISSIVO	115

CAPÍTULO 1

FEMINISMO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 10/05/2022

Fernanda Menezes Santos

Mestre em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela Faculdade de Educação da UFMG
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7214741793962457>

Marcia Francisca de Oliveira Silva

Mestre em Psicologia Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1437147118074046>

RESUMO: O presente artigo objetiva discutir a necessidade de ampliação do conhecimento acadêmico sobre a incidência do feminismo, dos seus discursos, e o envolvimento em ações coletivas neste sentido entre mulheres jovens e adolescentes periféricas. Tal questão parte do anseio das autoras em aprofundar nesta temática em virtude dos poucos trabalhos encontrados que discorrem sobre o assunto e sua relevância. Assim, tentamos realizar um breve resgate histórico sobre o feminismo no Brasil, conhecer a incidência da juventude nesse movimento, e discutir sobre a presença das mulheres jovens e adolescentes periféricas nele. Concluímos que ainda são emergentes os estudos a respeito das estratégias de luta de jovens mulheres e adolescentes e sua ação política, e que este tópico é ainda mais restrito quanto consideramos

as jovens de periferia. Acreditamos que compreender as pautas, articulações e modos organizativos das adolescentes e jovens em territórios periféricos contribuem para a ampliação do conhecimento sobre as mulheres em toda a sua diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Feminista; Jovens; Periferia.

FEMINISM AND PERIPHERAL YOUTH: CONSIDERATIONS FOR DISCUSSION

ABSTRACT: This article aims to discuss the necessity to expand academic knowledge about the incidence of feminism, its discourses, and the involvement in collective actions in this sense among slum young women and adolescents. This issue is part of the authors' desire to deepen this theme because of the few papers they have found about the subject and its relevance. Thus, we try to make a brief historical rescue on feminism in Brazil, to know the incidence of youth in this movement, and to discuss the presence of slum young women and adolescents in it. We conclude that studies on the strategies of the struggle of young women and adolescents and their political action are still emerging, and that this topic is even more restricted when considering the slum young women. We believe that understanding the patterns, articulations and organizational modes of adolescents and young people in peripheral territories contributes to the expansion of knowledge about women in all their diversity.

KEYWORDS: Feminist Movement; Young; Periphery.

1 | INTRODUÇÃO

Os movimentos feministas já lograram êxitos e conquistas históricas para as mulheres, contudo é possível perceber em alguns momentos a reprodução de uma lógica universalista ao se falar sobre o sujeito “mulher”, o que acaba por contribuir para o apagamento de grupos diversos de mulheres. Feministas negras, lésbicas, do sul global, entre outras, interpelaram o projeto universalizante de mulher do feminismo. O presente trabalho tem por objetivo levantar o que se produz de conhecimento acadêmico sobre a incidência do feminismo, discursos feministas e ações coletivas desta natureza entre jovens mulheres e adolescentes periféricas, estimulando questões para o debate. O método utilizado apoia-se numa abordagem qualitativa, que revisita e problematiza estudos já publicados.

A inquietação na problematização dessa temática surge nas autoras deste texto, por ambas terem trajetória de vida e profissional nas periferias de Belo Horizonte e Região Metropolitana e perceberem de maneira ainda tímida a participação e envolvimento das jovens e adolescentes em espaços coletivos de luta pelos direitos das mulheres e espaços coletivos de luta em geral. A escrita desse texto se ancora também diante da percepção de poucos estudos que abordam essa questão. Muitas autoras, dentre elas Ochi Curiel, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Monique Wittig, destacaram a necessidade do movimento feminista compreender a pluralidade da experiência das mulheres, deslocando o lugar de sujeito neutro das mulheres brancas, heterossexuais, das classes médias e dos países do norte. As mulheres jovens e adolescentes se constituem como um destes setores muitas vezes invisibilizadas no alcance de sua ação política.

No que diz respeito à invisibilidade das adolescentes e jovens, Wivian Weller (2005) discute que esta se dá em dupla via: (os) as pesquisadores (as) que estudam sobre as juventudes desconsideram ou dão pouco enfoque às questões de gênero e à participação das jovens e adolescentes nestes espaços; e as pesquisadoras feministas não se debruçam de maneira mais apurada na análise da atuação feminina jovem nos espaços culturais juvenis.

Algumas autoras, como Larissa Borges (2013) e Cássia Donato (2012) ocuparam-se em compreender a aproximação com o feminismo ou as questões relacionadas ao gênero afetas a jovens mulheres neste contexto não hegemônico. Jaileila Menezes, Renata Moura e Maria Souza (2014), Maria Rodrigues (2017), Wivian Weller (2017), entre outras, também apresentaram contribuições sobre a vivência de jovens mulheres, em contextos ligados ao Hip Hop. Entendemos o Hip Hop como importante acesso a espaços de organização reflexiva e política dos e das jovens que se engajam na cultura/movimento, mas também acreditamos ser necessário ir além nesta compreensão, visto as muitas juventudes presentes nas periferias, suas diferentes perspectivas e formas de ação.

Junto a estas contribuições, consideramos a importância de se amplificar o debate

e compreensões sobre este grupo. Como parte deste esforço, apresentamos uma reflexão sobre este tema.

2 | FEMINISMO NO BRASIL E INTERSEÇÕES COM A JUVENTUDE

Para compreender a inserção da categoria juventude nos movimentos feministas brasileiros, faremos um breve resgate histórico que pauta o debate sobre esta temática. Para tanto, descreveremos a trajetória dos movimentos feministas no Brasil.

Gabriela Garcia (2014), pautada nos estudos de Céli Pinto (2003) afirma que o feminismo no Brasil, tal como em outros países, foi marcado por três ondas, ou fases distintas. Estas ondas no Brasil, entre outros fatos, estariam demarcadas pela reivindicação pelo sufrágio, passando pelas lutas no momento da ditadura militar e chegando ao que ela considera como “feminismos difusos” e as lutas pela valorização das pautas políticas dentro dos espaços formais.

Antes de prosseguir, cabe destacar que a periodização histórica do feminismo em ondas vem passando por contestações. Carla Gomes e Bila Sorj (2014) destacam três fatores que problematizam a divisão em ondas. O primeiro refere-se à questão de o termo onda dar a ideia de um movimento onde um feminismo substitui o outro, o anterior desaparecendo e surgindo um novo. Esta concepção, segundo as autoras, desconsidera continuidades possíveis entre os feminismos. Outro fato relacionado a esta forma de interpretar os movimentos feministas é fixar determinadas autoras em épocas específicas, o que acaba atribuindo a noção de que a próxima teoria ou visão é uma “evolução” da anterior, que já estaria ultrapassada. O segundo fator apresentado por elas considera que a utilização da terminologia ondas acarreta ora em omissão, ora em exclusão de variadas expressões no âmbito do feminismo e que não se encaixam no que é determinado como característica de cada período. Esta exclusão transmitiria a falsa ideia de unidade no movimento, invisibilizando narrativas discrepantes. Como terceiro fator, as autoras destacam que o conceito transmite um retrato que “mascara” processos variados de disputas de poder, fazendo parecer que as escolhas das “personagens históricas”, e dos momentos importantes se deram de forma tranquila e objetiva (GOMES e SORJ, 2014).

Tendo esta dimensão colocada, nos utilizaremos ainda do termo onda por este continuar a ser frequentemente usado nos textos de autoras feministas sobre o tema, entretanto, a atenção para as disputas, os discursos “vencedores e vencidos” nas narrativas deve ser sempre considerada se buscamos não contribuir para o apagamento de grupos não hegemônicos de mulheres.

No século 19 a disseminação das ideias feministas no Brasil se deu principalmente via imprensa feminina (COSTA, 2005). Com o movimento de industrialização do país no início do século 20, os movimentos de lutas de classes começaram a ser impulsionados e as camadas populares e de trabalhadores cresciam e começavam a se organizar na luta por

direitos. Neste momento também começaram a se articular os movimentos de mulheres, que reivindicavam principalmente o direito ao voto. Com a expansão do movimento sufragista na década de 1920, mulheres de vários países latino-americanos tiveram acesso ao direito de votar, cabe destacar que este movimento foi liderado principalmente por mulheres das classes média e alta, estando nessa época os movimentos de mulheres localizados nas elites brasileiras tendo como principal característica um feminismo “bem comportado”, que se ausentava em problematizar questões como a exploração do trabalho (GARCIA, 2014).

Na década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a luta feminina toma novos contornos e contradições. “Se, por um lado, alcançou-se finalmente o direito de voto e candidatura [...], o golpe de 1937 enterrou a perspectiva de organização civil que começava a crescer, inclusive a feminista.” (GARCIA, 2014, p.13), tendo como uma das características desse momento histórico a desarticulação e a ilegalidade de movimentos de mulheres.

A segunda onda do feminismo brasileiro teria surgido na década de 1970 (PEDRO, 2006), (SARTI, 2001). No ano de 1975 aconteceram eventos importantes para o movimento feminista, como o decreto do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), e a organização pelo Movimento Feminino pela Anistia a primeira Conferência Mundial sobre a Mulher. As mulheres passaram a se organizar e discutir pautas comuns através das leituras científicas e debates sobre os mais diversos temas, e é nesse momento também que se intensifica a pesquisa acadêmica a respeito das mulheres no Brasil. Para Garcia (2014) esse período marca a reivindicação de pautas diversas pelas mulheres organizadas extrapolando o que era comumente debatido no âmbito dos grupos feministas.

Ainda no período da ditadura, a recorrente luta das mulheres acabou esbarrando-se nas lutas engendradas pela esquerda daquele período. Estes grupos acreditavam que o feminismo desviava-se da principal pauta de luta que era a “luta de classes” e, por conseguinte desarticulava o movimento, que naquela época preocupava-se prioritariamente com o combate à ditadura militar. Na direita, o feminismo era considerado um movimento imoral, e na sociedade como um todo, ausente das discussões políticas, o movimento era visto como anti-feminino. (GARCIA, 2014). Para Julia Zanetti (2010) é neste momento que são pautadas questões identitárias no seio político, e dentre elas a identidade da mulher. Afirma que mesmo interpeladas pelo consenso marxista de desviarem a atenção da luta de classes, os movimentos de mulheres possibilitaram avanços na mudança da condição de vida de cidadãs e também de cidadãos, “demonstrando a opressão sofrida pelas mulheres, questionando os papéis sociais atribuídos ao feminino e ao masculino e legitimando-se enquanto movimento social” (p.1).

É neste contexto conflituoso que a aproximação com o feminismo europeu consolida o feminismo no Brasil, aproximando-se da teoria marxista e questionando a atual sociedade capitalista, promovendo uma ruptura com o modelo de feminismo até então praticado no

país. Houve a aproximação dos partidos políticos recém-formados, sindicatos, organizações políticas de maneira geral, na luta pela obtenção de visibilidade, de direitos e de “igualdade política, econômica e social” (GARCIA, 2014, p.20). No contexto da ditadura militar, pode-se dizer que houve um avanço da pauta feminista, que acompanhou também a pauta de outros movimentos sociais organizados. “Dentre os paradoxos proporcionados pela ditadura na política brasileira, um ponto interessante foi o de que quanto maior a repressão, mais os interesses privados tomavam caráter político, articulando-se em movimentos sociais específicos.” (GARCIA, 2014, p.21). O feminismo assume um caráter subversivo na medida em que contesta os valores patriarcais hegemônicos e o conservadorismo da sociedade brasileira militarizada. Apoiava-se na ideologia já consolidada desde a década de 1970 aproximando-se do debate político e da discussão de suas pautas nele.

Assim esboçava-se a terceira onda do feminismo, caracterizada pela mudança de foco no movimento, no “qual deixa de se localizar entre o caráter epistemológico de seus discursos – atomizado ou politizado –, passando para a metodologia a ser seguida para a obtenção de suas demandas – institucionalizada ou autônoma.” (GARCIA, 2014, p.22). Em sua ideologia, o conflito identitário torna-se central quando a abertura para vozes de distintas realidades trazem novos questionamentos. Neste momento o movimento de mulheres buscou afirmar-se em novos espaços trazendo em suas lutas novos ideais pautados na igualdade e por uma inserção na sociedade para além do espaço privado, anunciando fenômenos como a violência doméstica, sexual, dupla jornada de trabalho, aborto, dentre outros, transformando-os em demandas para legislação e implementação de políticas públicas. (BRASIL, 2008). As mulheres expandem sua capilaridade de atuação e começam a pautar suas lutas em “sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais, associações de moradores, movimento negro, organizações juvenis e partidos políticos, adquirindo diversos formatos em sintonia com esses diferentes espaços” (BRASIL, 2008, p.60).

Neste contexto cabe destacar o avanço das lutas feministas na garantia de direitos e na inclusão da discussão de gênero nas agendas governamentais pós redemocratização em 1988. Tais lutas garantiram a criação de políticas públicas de atendimento a demandas específicas das mulheres e canais de denúncia contra a violência e o ponto de difusão do movimento considera-se emergência organizativa de pautas trazidas por mulheres negras, camponesas, prostitutas, periféricas, transexuais, com deficiência, indígenas, em situação de ruas e outras mais, que questionam com suas demandas o perfil hegemônico de mulher como brancas, de classe média, universitárias e com padrões heteronormativos. (GARCIA, 2014).

Após contextualizar o movimento feminista no Brasil, passamos a discutir suas interseções com as juventudes e as mais diversas maneiras de engajamento na luta das mulheres. A autora Larissa Borges (2013), destaca em seu trabalho a existência de diversas representações de feminismo, e descreve o termo “feminismoS”, uma vez que para ela

não é possível que a luta das mulheres se sustente apenas em uma vertente. A autora destaca que os diversos feminismos são “movimento de luta, campo político, filosófico, social, teórico-epistemológico epistêmico de enfrentamento a dominação masculina.”(p.51), ressalta ainda que a maneira como se apresenta o feminismo praticado pelas mulheres é situada, o que diz respeito à posição geopolítica dessas mulheres, diferenciando o olhar e as perspectivas de mundo desses grupos de mulheres.

Assim ela identifica-as como “[...] feministas africanas, feministas latinas, anglo-norte-americanas, francesas, inglesas, do sul global, do norte, da Índia, anglo-saxônicas, ocidentais, entre outras.” (p.52)

A autora Laura Martello (2015) busca em seu trabalho elucidar a participação das mulheres jovens e minorias no feminismo e após estudar trabalhos realizados no Brasil e na América Latina, a autora afirma que se tratando de um fenômeno recente, sendo pautado principalmente a partir dos anos 90, ainda é incipiente a literatura que aborda o fenômeno das jovens feministas enquanto sujeitas políticas no Brasil, e que esse debate não está totalmente consolidado. Tábata Pedrosa (2014) é outra autora que destaca o fato de que as pesquisas de âmbito feminista têm se debruçado ainda de forma insuficiente para a compreensão da atuação de jovens feministas enquanto participantes de ações coletivas e incidência política.

Para Júlia Zanetti (2010) o feminismo branco, de classe média e heterossexual começa a ser questionado por pressão de outros grupos de mulheres, desde o início da década de 1980, tendo consolidando-se em 1990, a partir da categorização de grupos como “feministas negras”, “feministas lésbicas”, “feministas proletárias”. Entretanto, em relação às jovens feministas, ela considera que mesmo que houvesse participação de mulheres jovens, ou que mesmo que elas representassem uma boa quantidade nos movimentos, “não havia o reconhecimento da identidade “feminista-jovem” e que sequer havia essa demanda”(p.1). A autora destaca a emergência dos movimentos com pautas juvenis específicas a partir dos anos 2000, e os desafios que as feministas jovens encontram nos campos de disputa em relação às mulheres que estão na militância há muitos anos, sendo a relação entre estas permeadas por uma desconfiança na experiência que as mais jovens apresentam, tornando essa diferença de geração um campo para disputa entre quem está mais apta a protagonizar a luta das mulheres, isso acaba tornando a partir da relação de poder desiguais entre as mais jovens e mais velhas um desafio para inserção das jovens no movimento. (ZANETTI, 2010)

Para as autoras Karla Adrião e Ricardo Mélo (2009), a participação das jovens nos movimentos de mulheres torna-se de importância inegável, sendo que essa inserção, desvela as hierarquias acima apontadas, apresentando novas demandas em disputa inclusive as de igualdade na participação do movimento, e demandas por hora já satisfeitas pelo tempo geracional das mulheres que estão há mais tempo nas lutas, como questões de contracepção, creches dentre outras. Nessa perspectiva, é possível compreender,

a partir das concepções abordadas por Áurea Silva (2009), no sentido da participação política juvenil que a chegada dos jovens nos espaços hegemonicamente adultos tende a desestabilizar os discursos, na medida em que suas pautas são colocadas e tendem a retomar suas realidades. Em relação à participação das mulheres jovens, a autora destaca que

[...] importa constatar que é também por afirmação identitária que elas se colocam como um grupo que requer políticas públicas específicas. Elas podem manifestar demandas genéricas como jovens ou mulheres, ou por alusão a qualquer outro marcador social distintivo, mas acrescentam a seu repertório outras demandas que não são necessariamente coincidentes com aquelas levantadas pelos demais segmentos juvenis ou pelas mulheres em geral. (SILVA, 2009, p.52)

Laura Martello (2015) salienta que a consolidação da articulação de jovens feministas se deu no I Encontro Nacional de Jovens Feministas, em 2008, no Ceará, e que posteriormente aconteceram em 2009 o I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas e no ano de 2011 o I Seminário Jovens Feministas Presentes. A autora afirma que “essas atividades mostram que as jovens feministas estão atuantes politicamente, articulando-se e colocando cada vez sua voz e suas questões para o feminismo.”(s.p)

3 | E AS JOVENS E ADOLESCENTES DA PERIFERIA?

Antes de continuarmos a reflexão, interpretamos a importância de pensar: o que chamamos aqui de periferia? Como ela seria descrita? Quais são seus limites? A quem estamos chamando de jovens mulheres e adolescentes periféricas? Alinhamo-nos ao raciocínio de Larissa Borges (2013), onde a periferia é descrita como “um território político e dinâmico, que pode ter uma localização geográfica e/ou ser organizado em rede. [...] é um território construído, habitado por sujeitos não hegemônicos e não homogêneos.”(p.57). Em se considerando esta não-hegemonia, é possível inclusive dizermos que as narrativas em torno de jovens e adolescentes de periferia sejam escassas ou invisibilizadas em virtude mesmo dessa característica. Relações de poder e disputas determinam muitas vezes, quem ocupa o lugar do “centro”, ou ainda o lugar de “sujeito neutro e universal”. Podemos considerar que entre centro e periferia não opera “uma dicotomia, mas sim um antagonismo entre periferia e centro, visto que há relações de poder, naturalizadas e/ou invisibilizadas, entre ambas que mantêm uma e outra em lugares diferentes e desiguais.” (BORGES, 2013, p. 57)

Se existem ainda poucas pesquisas que se debrucem sobre a articulação e ação política de jovens mulheres feministas, este contexto se afunila ainda mais se considerarmos o foco específico em jovens mulheres e adolescentes da periferia. Alguns trabalhos tiveram como foco a ação em grupos culturais periféricos Weller, (2005), Rodrigues (2013), Menezes, Moura e Souza (2014), sobretudo relacionados ao movimento/cultura Hip Hop. Entretanto, consideramos importante a ampliação destes olhares, inclusive buscando e visibilizando

formatos alternativos de participação juvenil. Os espaços típicos de participação muitas vezes, não conseguem comportar a experiência específica dos grupos juvenis. Karla Adrião e Ricardo Mélo (2009) descrevem, por exemplo a “quebra de protocolo” por parte das jovens feministas no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, onde no momento da leitura de moções, a regra era de que “apenas uma representante de cada segmento iria ao centro e leria sua carta-moção [...] rapidamente fez-se uma meia lua, composta por cerca de 30 jovens mulheres da América-Latina e do Caribe.”(s.p), este exemplo, por mais simples que possa parecer, destaca uma questão: a conformação de muitos espaços de participação como espaços onde a lógica é a dos (das) adultos (as).

No que diz respeito às juventudes periféricas, e no presente caso, mulheres jovens e adolescentes, há ainda a necessidade de consideração das construções de participação que podem emergir nos territórios onde vivem. O engajamento via movimento Hip Hop por exemplo, é uma destas facetas, vividas por muitas jovens (DONATO, 2012), (BORGES, 2013), não obstante, devemos ter abertura para perceber outras formas organizativas por parte das jovens/adolescentes. Além disto, faz-se necessário ampliar a percepção para a emergência de outros “feminismos” por parte de nós, pesquisadoras e pesquisadores.

Uma das questões a ser considerada é a abertura tanto para o “mais do mesmo”, quanto para eventuais novidades no campo de pesquisa. Considerar de maneira mais ampla as possibilidades de atuação das jovens e adolescentes deste território, é compreender o dinamismo deste, ao qual Larissa Borges (2013) se refere. Outro ponto é a necessidade de compreensão das possibilidades distintas de construção de feminidade em ambientes periféricos. Muitas vezes, as ferramentas teóricas e analíticas da qual nos servimos levam em consideração uma mulher universalizada, e isto nos turva a visão sobre diferentes construções psíquicas, políticas e sociais. Uma Narayan (1997), por exemplo, destaca a necessidade de adaptação de teorias e epistemologias feministas aos contextos em que serão trabalhadas. Esta autora considera que, sem atenção a esta questão, a aplicação de epistemologias feministas pode mais prejudicar do que auxiliar mulheres não-brancas em suas trajetórias de emancipação. A autora fala de uma realidade enquanto mulher indiana, não-ocidental, mas, dada a sua devida proporção, podemos considerar o que ela teoriza para os estudos sobre jovens periféricas.

Uma das entrevistadas de Gabriela Garcia (2014) por exemplo, destaca aspectos de luta de mulheres negras e periféricas que não são abarcados pelas pautas de muitas mulheres brancas e da classe média. Ela cita os direitos reprodutivos como um ponto importante, mas que tão importante quanto, é a possibilidade das mulheres que quiserem ter filhos (as), poderem vê-los (as) vivos (as). A atenção às especificidades, entretanto, não deve servir a uma exotização ou romantização do outro, no caso, das outras, como bem explicita Uma Narayan (1997), sobre as pesquisas/epistemologias feministas, ao problematizar que estas devem buscar um equilíbrio entre a valorização de culturas e experiências diversas, evitando romantiza-las ao ponto que não seja possível perceber as

opressões e limitações às quais estão submetidos todos os sujeitos. Tal asserção também se aplica às pesquisas realizadas na periferia para que não se caia em dois extremos: ou enxergamos estes territórios como despotencializados, e as jovens que ali vivem como “necessitadas” de algo que o feminismo possa oferecer. E no outro extremo, a romantização pode contribuir para que não observemos de forma crítica as situações vivenciadas pelas jovens e adolescentes nos lugares onde vivem.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que a proposição de respostas, este texto buscou refletir sobre a necessidade da produção de conhecimento acadêmico a respeito da inserção do feminismo e seus discursos entre as jovens e adolescentes de periferia. Outro ponto de conhecimento também pouco explorado, diz da necessidade de apreender se e como se projetam as ações coletivas de jovens feministas nestes territórios. Para tanto, precisamos desenvolver o entendimento de que ainda que algumas demandas das jovens possam ser comuns a mulheres adultas, há também demandas específicas que se relacionam a este momento da vida. Esta necessidade inclusive vem sendo visibilizada por muitas jovens em espaços feministas, como encontros e congressos (ADRIÃO, MÉLLO, 2009), ou quando elas próprias desenvolvem ações coletivas (PEDROSA, 2014).

A abertura para conhecer as formas de organização de jovens em torno de ações feministas na periferia deve considerar a possibilidade de identificar tanto formas tradicionais de organização como a emergência de formas alternativas. Além disto, a percepção do entrecruzamento das categorias classe, gênero e raça abordadas nas teorias sobre o feminismo interseccional (muitas jovens periféricas são pardas ou negras) são primordiais na compreensão das estratégias de ação de jovens/adolescentes da periferia. Uma análise que não contemple estas dimensões corre o risco de desenvolver um retrato que não considere a complexidade das ações, relações, vivências e subjetividades destas jovens.

Contribuir para a visibilidade destes grupos é colocar em prática uma proposta feminista. No presente caso, destacando as experiências e trajetórias de jovens mulheres e adolescentes que vivem em contextos não hegemônicos, como atrizes políticas envolvidas nos processos de emancipação no contexto patriarcal.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão; MÉLLO, Ricardo Pimentel. As Jovens feministas: sujeitos políticos que entrelaçam questões de gênero e geração?. In: Encontro Nacional da Abrapso 15, 2009, Maceió. **Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos**. Maceió: Faculdade Integrada Tiradentes. p. 1-10. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/133.%20as%20jovens%20feministas.pdf. Acesso em: 14/09/2017.

BORGES, Larissa Amorim. **Nas periferias do gênero:** Uma mirada negra e feminista sobre a experiência de mulheres negras jovens participantes do Hip Hop e no Funk. Dissertação de mestrado, 177 folhas. Programa de Pós Graduação em Psicologia - Política e Identidade - Política, Participação Social e Processos de Identificação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>. Acesso em: 13/09/2017.

DONATO, Cássia Reis. **Hip Hop e feminismo negro nos processos de participação de jovens negros.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), 231 folhas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FERREIRA, Gleidiane S. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 33-43, jan-jul. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/16636/9493>. Acesso em: 14/09/2017.

GARCIA, Gabriela Silva. **Os feminismos no distrito federal:** conjunturas e desafios contemporâneos. Monografia, 2014, 77 folhas. Instituto de Ciência Política da Universidade Federal de Brasília.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14/09/2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>.

MARTELLO, Laura França. **Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latino-americano (2011-2014).** Dissertação de Mestrado, 206 folhas. Programa de Pós- Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MENEZES, Jaileila de Araújo; MOURA, Renata Paula dos Santos; SOUZA, Maria Luiza. Cores e rimas dos tensionamentos de gênero no movimento hip hop. In: REDOR, 18, 2014, Recife. **Perspectivas feministas de gênero:** desafio na campo da militância e das práticas. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 3319-3334. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/749/841>. Acesso em: 14/09/2017.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Editoras). **Gênero, corpo e conhecimento.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-290.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13/09/2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200011>.

PEDROSA, Tábata de Lima. Juventude e feminismo: tecendo discussões acerca da participação juvenil. In: REDOR, 18, 2014, Recife. **Perspectivas feministas de gênero:** desafio na campo da militância e das práticas. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 614-624. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/899/665>. Acesso em: 14/09/2017.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu, 2003.

RODRIGUES, Laís Modelli; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Feminismo na internet: o caso do coletivo Marcha das Vadias e sua página no Facebook. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, vol. 11, n. Especial, Jul-Dez, 2014, p. 367-375. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Feminismo%20na%20internet.pdf>. Acesso em: 14/09/2017.

RODRIGUES, Maria Nathália Matias. **Jovens mulheres rappers**: Reflexões sobre gênero e geração no Movimento Hip Hop. Dissertação de mestrado em Psicologia, 160 folhas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10254>. Acesso em: 11/09/2017.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13/09/2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100003>.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. In: **II Plano Nacional de Políticas Para Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p.

SILVA, Áurea Carolina de Freitas. Mulheres jovens e o problema da inclusão: novidades no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. In: PAPA, Fernanda de Carvalho e SOUSA, Raquel. (Org.) **Jovens Feministas Presentes**. São Paulo: Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009.

VARGAS, Janaína Charão. **Corpo, experiência e feminismo**: um estudo do movimento Marcha das Vadias em Santa Maria. Dissertação de Mestrado, 2016, 128 folhas. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Univesidade Federal de Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6278/VARGAS%2c%20JANAINA%20C%20HARAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14/09/2017.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 107-126, Apr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11/09/2017.

ZANETTI, Júlia Paiva. Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro. In: Fazendo Gênero 9, , Florianópolis. **Diásporas, diversidades, deslocamentos**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-14. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278283795_ARQUIVO_Fazendo_Genero2010.pdf. Acesso em: 14/09/2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação educacional 70, 71, 77

Acessibilidade 46, 47, 50, 52, 56, 62, 63, 64, 72, 73, 74

Agentes educativos 71

Ambiente educacional inclusivo 62

Atitudes sociais 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

C

Competências docentes 40

Comunidade 15, 16, 18, 28, 35, 36, 40, 42, 43, 52, 62, 67, 72, 77, 110, 111

Constituição Federal 26, 31, 32, 51, 61

COVID-19 46, 47, 50, 52, 57

D

Direitos humanos 23, 28, 34, 62, 82, 83, 87, 88, 96, 97, 98, 100, 101

Discriminação de gênero 26, 27, 28

Diversidade 1, 13, 16, 19, 21, 22, 35, 37, 40, 42, 43, 71, 72, 73, 74, 78, 83, 96, 97, 98, 105, 111

E

Educação especial 56, 60, 65, 79, 80, 83, 84, 89, 90, 97, 107, 111, 112, 113

Educação inclusiva 41, 56, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99, 104, 105, 111, 112

Educação matemática 66, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101

Ensino básico 39, 103, 110, 111, 113

Ensino público 103, 106

Escola inclusiva 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80

Estudo de caso 58, 102, 105, 106, 110

Exclusão social 37, 83

Exercício dos direitos 51

F

Feminismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11

G

Gênero 2, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 42, 88

Grupos juvenis 8

H

Homofobia 19, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

I

Identidade 4, 6, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 35, 51, 74, 77, 78, 100

Identidades de gênero 12, 13, 15, 18, 21, 25

Igualdade 5, 6, 26, 28, 51, 62, 96, 104, 105

Inclusão educacional 37, 38, 40, 41, 51, 91

Inclusão escolar 60, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 96, 98, 111

Inclusão social 1, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 52, 63, 84, 100

Inteligência emocional 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Interação social 68, 95, 103

J

Judiciário 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32

Juventudes periféricas 8

L

LGBTQIA+ 12, 16, 17, 21

Lutas de classes 3

M

Movimentos feministas 2, 3

N

Necessidades educacionais especiais 58, 60, 70, 72, 75, 76, 79, 80, 87

Necessidades educativas específicas 83, 103

P

Poder Jurídico 28

Processo de ensino e aprendizagem 48, 52, 61, 66, 67, 68, 78, 86, 94, 95

Professor 40, 41, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 78, 79, 82, 89, 93, 95, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 110

S

Sars-Cov2 47

Sexualidade 17, 18, 25, 29, 88

T

Trabalhadores 4, 5

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
f www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

Abordagens e experiências

Atena
Editora
Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DIVERSIDADE E INCLUSÃO:

Abordagens e experiências


Atena
Editora
Ano 2022